

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2024. As vendas atingiram 2,7 milhões de toneladas no ano de 2024, gerando uma receita líquida de vendas de R\$ 15,2 bilhões em 2024, redução de 3,2% em relação à 2023. Nesse cenário, a margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) foi de 6,5% no período, superior em 3,5 pontos percentuais ao ano de 2023. A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 91,8 milhões no ano de 2024, 94,4% inferior a 2023, equivalente a R\$ 74,81 por ação. Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 15,5 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 12.616,72 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado e ativos biológicos totalizaram R\$ 827,7 milhões no exercício social findo

em dezembro de 2024. A dívida bruta da Companhia composta por empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas somava R\$ 1.653,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, dos quais 25,4% eram de curto prazo e 74,6% de longo prazo. O caixa e equivalentes de caixa somado às aplicações totalizavam R\$ 93,5 milhões ao final de 2024. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO** (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	93.470	131.588
Aplicações financeiras	3	-	144.867
Contas a receber de clientes	4	1.214.520	1.126.124
Estoques	5	3.385.848	2.828.464
Créditos tributários	6	520.165	439.231
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		123.442	118.555
Dividendos a receber		15	-
Outros ativos circulantes		128.793	117.000
		<u>5.466.253</u>	<u>4.905.829</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Créditos tributários	6	1.157.846	1.370.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.032.617	787.808
Partes relacionadas	18	658	296
Depósitos judiciais	17	187.528	1.893.628
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	8	3	3.652
Outros ativos não circulantes		58.835	46.908
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	8	7832.183	5.962.810
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	466.536	424.876
Ativo biológico	10	1.308.210	1.087.138
Outros intangíveis	11	107.132	88.650
Imobilizado	9	3.064.234	3.051.192
		<u>15.215.782</u>	<u>14.716.961</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>20.682.035</u>	<u>19.622.790</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota	2024	2023
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	1.165.596	1.005.779
Fornecedores risco sacado	13	111.549	133.449
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	420.099	583.457
Impostos e contribuições a recolher	16	97.164	160.930
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.153	1.186
Salários a pagar		227.276	196.121
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		28.222	1.244
Arrendamento mercantil a pagar	12	145.833	122.737
Provisão para passivos ambientais	20	43.487	49.670
Outros passivos circulantes		347.001	325.624
		<u>2.587.380</u>	<u>2.580.197</u>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	653.658	813.819
Partes relacionadas	18	580.181	866.425
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	844.926	777.365
Provisão para passivos ambientais	20	34.967	31.379
Arrendamento mercantil a pagar	12	373.908	352.278
Outros passivos não circulantes		117.226	52.355
		<u>2.604.866</u>	<u>2.893.621</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	21		
Capital social		5.554.212	5.554.212
Reservas de capital		1.335.147	1.335.147
Reservas de lucros		4.286.963	4.540.636
Ajustes de avaliação patrimonial		4.313.467	2.718.977
		<u>15.489.789</u>	<u>14.148.972</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>20.682.035</u>	<u>19.622.790</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	23	15.236.569	15.733.094
Custo das vendas	24	(14.246.799)	(15.263.568)
<b>LUCRO BRUTO</b>		989.770	469.526
Despesas com vendas	24	(380.677)	(393.922)
Despesas gerais e administrativas	24	(476.816)	(497.763)
Outras receitas operacionais	24	15.858	573.575
Outras despesas operacionais	24	(153.145)	(84.953)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	24	(15.283)	(10.963)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	24	(199.627)	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	521.355	1.047.055
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b>		301.435	1.102.555
Receitas financeiras	25	137.048	344.717
Despesas financeiras	25	(452.338)	(336.465)
Variação cambial, líquida	25	(148.289)	47.625
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	25	14.297	(1.697)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS</b>		(147.847)	1.156.735
Corrente	7	(5.123)	80.580
Diferido	7	244.817	412.912
Imposto de renda e contribuição social		239.694	493.492
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		91.847	1.650.227
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	22	74,81	1.344,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido apurado na Demonstração dos Resultados</b>	91.847	1.650.227
<b>Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro</b>		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	1.586.497	(455.344)
<b>Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro</b>		
Remensurações com planos de benefícios a empregados (*)	7.267	20.759
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	1.593.764	(434.585)
<b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos</b>	1.685.611	1.215.642

(\*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas. As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
						Reserva estatutária Investimentos e capital de giro	Total			
<b>Saldos em 01/01/2023</b>	5.554.212	(1.340)	1.335.147	399.538	999.336	2.188.965	3.587.839	3.132.741	-	13.608.599
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.650.227	1.650.227
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(434.585)	-	(434.585)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(434.585)	1.650.227	1.215.642
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	-	8.331	-	8.331
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	12.490	-	12.490
Cancelamento ações em tesouraria	-	1.340	-	-	-	-	(1.340)	-	-	-
Destinações propostas em Assembleia Geral:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	590.350	-	590.350	-	(590.350)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	-	363.787	363.787	-	(363.787)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(696.090)	(696.090)
<b>Saldos em 31/12/2023 (Nota 21)</b>	5.554.212	-	1.335.147	399.538	1.589.686	2.551.412	4.540.636	2.718.977	91.847	14.148.972
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	91.847	91.847
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.593.764	-	1.593.764
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.593.764	91.847	1.685.611
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	-	(21.325)	-	(21.325)
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	22.051	-	22.051
Dividendos distribuídos com base em reservas	-	-	-	-	-	(317.966)	(317.966)	-	-	(317.966)
Destinações propostas em Assembleia Geral:										
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	-	64.293	64.293	-	(64.293)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.554)	(27.554)
<b>Saldos em 31/12/2024 (Nota 21)</b>	5.554.212	-	1.335.147	399.538	1.589.686	2.297.739	4.286.963	4.313.467	91.847	15.489.789

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

Gerdau Aços Longos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos, e minério de ferro para consumo próprio. Além disso, a Gerdau S.A. e suas controladas acreditam ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transformam, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 25/03/2025.

**2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

**2.1 - Base de elaboração e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na Nota 2.18. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e ativo biológico, os quais são mensurados pelo valor justo. Na apresentação do Balanço Patrimonial de 2023, a Companhia reclassificou o valor de R\$ 1.087.138 entre imobilizado e ativo biológico. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2024. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas

separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto. **2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **c) Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para Reais (R\$). **2.3 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações, incluindo juros, reconhecidos diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desconhecimento, o resultado



**CONTINUAÇÃO**

acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros na linha Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Mensuração dos instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita individualmente por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **h) Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **2.4 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na Nota 5. **2.5 - Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.6 - Ativo biológico:** O ativo biológico é mensurado ao valor justo, exceto quando se referem a plantas ainda em fase de formação, os quais são mensurados pelo custo histórico, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. A avaliação do ativo biológico é feita pela Companhia e os ganhos ou perdas na variação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. O valor justo do ativo biológico no local e nas condições atuais é mensurado através do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado. A exaustão das reservas florestais é calculada tomando-se por base o volume de madeira cortada em relação ao volume potencial existente. **2.7 - Outros ativos intangíveis:** São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos principalmente por desenvolvimento de *software* e estes gastos são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos da norma, em especial, a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.8). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.9 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.10 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.11 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **2.12 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.13 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.14 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **2.15 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê dividendos não inferiores a 30% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal e a constituição de reserva de incentivos fiscais; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **2.16 - Reconhecimento da receita de vendas:** As vendas líquidas são apresentadas líquidas de impostos e descontos. O julgamento crítico feito pela Companhia é apresentado na Nota 2.18 e, com relação ao

reconhecimento de receita, considera que tal reconhecimento é derivado da única obrigação de desempenho de transferir seus produtos ou serviços de acordo com contratos e acordos comerciais. A transferência do controle e o cumprimento da obrigação de desempenho da Companhia ocorrem ao mesmo tempo, momento no qual a receita da venda de mercadorias e serviços é reconhecida pela Companhia. Leva-se ainda em consideração que o comprador obtém os benefícios das aquisições, os fluxos de caixa potenciais e o valor da receita (preço da transação) pode ser mensurado de forma confiável, e a contraprestação deve ser transferida, o que significa que é provável que a Companhia receba a contraprestação a que tem direito em troca dos produtos ou serviços. **2.17 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos de ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **2.18 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, ao momento do reconhecimento da receita de vendas (Nota 2.16), à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (Nota 9), ativo biológico (Nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 17), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (Nota 7). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **2.19 - Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isonônias estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **2.20 - Fornecedores (Fornecedores e Fornecedores risco sacado):** Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em até um ano no Balanço Patrimonial e no Fluxo de Caixa as variações são apresentadas como aumento ou redução de contas a pagar. Estes valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por instituições financeiras. A operação de risco sacado é um acordo de financiamento de fornecedores, em que a instituição financeira quita os valores que a Companhia deve a seus fornecedores e a Companhia concorda em pagar a instituição financeira conforme os termos e condições do acordo. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor. A composição dos saldos de fornecedores é apresentada na Nota 13. **2.21 - Passivos tributários:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões tributárias, conforme divulgado na Nota 17. Na Nota 2.18, a Companhia divulga que as provisões para passivos tributários requerem o uso de julgamentos e estimativas. A Companhia divulga diversos tributos relacionados a impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) que se enquadram no escopo do CPC 25, o qual estabelece que um passivo é uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos econômicos da entidade. Nessas discussões fiscais, eventos passados dão origem a obrigações presentes, que com base em todas as evidências disponíveis, resultaram em uma obrigação provável. Passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que a possibilidade de uma saída de recursos econômico não é provável. Uma vez que os passivos contingentes podem se desenvolver de forma não esperada inicialmente, eles são avaliados continuamente para determinar se uma saída de recursos econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de recursos econômicos futuros seja exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, uma provisão é reconhecida nas Demonstrações Financeiras do exercício em que a mudança na probabilidade ocorre. As divulgações de passivos contingentes relacionados ao imposto de renda (IRPJ e CSLL) também se enquadram no escopo do CPC 25, enquanto as provisões fiscais relacionadas ao imposto de renda se enquadram no escopo do CPC 32. A Administração considera a orientação da ICP 22, com o auxílio de seus consultores jurídicos, para registrar provisões fiscais de acordo com as leis aplicáveis e considerar adequadamente as incertezas sobre o imposto de renda para fins de reconhecimento e mensuração. A avaliação feita pela Companhia nesses casos considera se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento tributário incerto e uma provisão é reconhecida quando o tratamento tributário incerto não for mais provável de ser aceito pela autoridade fiscal. A cada exercício, a Companhia reavalia seus julgamentos e estimativas para verificar se os fatos e circunstâncias nos quais o julgamento ou estimativa foi baseado mudaram em decorrência de novas informações que afetem o julgamento ou estimativa. **2.22 - Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos. **2.23 - Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2024. **2.24 - Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de *commodities*. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. **2.25 - Riscos climáticos:** Um número substancial de cientistas, ambientalistas, organizações internacionais, reguladores e outros analistas defendem que as mudanças climáticas globais contribuirão, e seguirão contribuindo, para o aumento da imprevisibilidade, frequência e gravidade dos desastres naturais (entre eles, mas não limitados a furacões, secas, tornados, congelamentos, outras tempestades e incêndios) em algumas partes do mundo. Com isso, diversas medidas legais e regulatórias, além de medidas sociais, foram implantadas em diversos países visando reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases do efeito estufa, além de combater as mudanças climáticas globalmente. Tais reduções das emissões de gases do efeito estufa poderiam levar a um aumento dos custos de energia, transporte e insumos, além de exigir que a Companhia realize investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Embora não seja possível prever o impacto das mudanças climáticas globais sem certas suposições, ou de medidas legais, regulatórias e sociais em resposta às preocupações sobre mudanças climáticas, quaisquer dessas ocorrências poderiam afetar negativamente os negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia.

**3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa .....	2.128	788
Bancos e aplicações de liquidez imediata .....	91.342	130.800
<b>Caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>93.470</b>	<b>131.588</b>
Aplicações financeiras .....	-	144.867
<b>Aplicações financeiras .....</b>	<b>-</b>	<b>144.867</b>

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo.

**4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Contas a receber de clientes .....	1.249.959	1.158.235
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros .....	(35.439)	(32.111)
	<b>1.214.520</b>	<b>1.126.124</b>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valores a vencer .....	1.164.596	1.081.370
Vencidos:		
Até 30 dias .....	60.741	50.364
Entre 31 e 60 dias .....	2.857	3.357
Entre 61 e 90 dias .....	2.531	4.383
Entre 91 e 180 dias .....	893	9.265
Entre 181 e 360 dias .....	5.967	9.486
Acima de 360 dias .....	12.374	10
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros .....	(35.439)	(32.111)
	<b>1.214.520</b>	<b>1.126.124</b>

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2023 .....	(32.591)
Créditos provisionados no exercício .....	(26.376)
Créditos recuperados no exercício .....	15.413
Créditos baixados definitivamente da posição .....	11.443
Saldo em 31/12/2023 .....	(32.111)
Créditos provisionados no exercício .....	(35.595)
Créditos recuperados no exercício .....	20.312
Créditos baixados definitivamente da posição .....	11.955
Saldo em 31/12/2024 .....	(35.439)

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

**5 - ESTOQUES**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Produtos prontos .....	1.895.142	1.660.127
Matérias-primas .....	813.622	589.611
Produtos em elaboração .....	487.105	336.496
Materiais de almoxarifado .....	188.365	241.255
Importações em andamento .....	6.193	3.100
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(4.579)	(2.125)
	<b>3.385.848</b>	<b>2.828.464</b>

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2023 .....	(12.637)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(235)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável .....	10.747
Saldo em 31/12/2023 .....	(2.125)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(6.769)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável .....	4.315
Saldo em 31/12/2024 .....	(4.579)

**CONTINUA**



**6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	228.494	257.879
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	150.325	93.687
Programa de Integração Social	96.502	56.631
Imposto sobre Produtos Industrializados	28.137	21.089
Outros	16.707	9.945
	<u>520.165</u>	<u>439.231</u>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	924.444	1.090.722
Programa de Integração Social	200.702	236.801
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	31.560	42.480
Outros	1.140	-
	<u>1.157.846</u>	<u>1.370.003</u>
	<u>1.678.011</u>	<u>1.809.234</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2024	2023
2025	-	272.101
2026	378.042	262.232
2027	292.311	251.707
2028	297.243	247.820
2029 em diante	190.250	336.143
	<u>1.157.846</u>	<u>1.370.003</u>

**7 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023.

**a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(147.847)	1.156.735
Alíquotas nominais	34%	34%
Benefício (Despesa) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	50.268	(393.290)
<b>Ajustes dos impostos referente:</b>		
- equivalência patrimonial	177.261	355.999
- juros sobre o capital próprio	(39)	235.262
- inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL relativos à Selic em razão de repetição de indébito tributário	25.862	89.504
- incentivos fiscais	-	1.094
- não constituição de ativos fiscais diferidos	(2.783)	(5.275)
- diferenças permanentes (líquidas)	(10.875)	210.198
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>239.694</u>	<u>493.492</u>
Corrente	(5.123)	80.580
Diferido	244.817	412.912

**b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:**

	Saldo em 01/01/2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2023
Prejuízos fiscais	141.218	208.952	350.170
Base negativa de contribuição social	40.553	67.548	108.101
Provisão para passivos tributários, civis e trabalhistas	245.516	18.789	264.305
Outras diferenças temporárias	20.327	132.485	152.812
Provisão para perdas	18.768	12.453	31.221
Alocação de ativos a valor justo	(91.486)	(27.315)	(118.801)
	<u>374.896</u>	<u>412.912</u>	<u>787.808</u>
Ativo não circulante	<u>374.896</u>	-	<u>787.808</u>

	Saldo em 31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2024
Prejuízos fiscais	350.170	141.352	(8)	491.514
Base negativa de contribuição social	108.101	51.888	-	159.989
Provisão para passivos tributários, civis e trabalhistas	264.305	22.970	-	287.275
Outras diferenças temporárias	152.812	(6.441)	-	146.371
Provisão para perdas	31.221	48.657	-	79.878
Alocação de ativos a valor justo	(118.801)	(13.609)	-	(132.410)
	<u>787.808</u>	<u>244.817</u>	<u>(8)</u>	<u>1.032.617</u>
Ativo não circulante	<u>787.808</u>	-	-	<u>1.032.617</u>

**c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:**

	2024	2023
2024	-	75.682
2025	119.349	188.530
2026	124.362	129.592
2027	193.829	113.450
2028	124.168	91.969
2029 em diante	470.909	188.585
	<u>1.032.617</u>	<u>787.808</u>

**d) Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 8.067 (R\$ 5.284 em 31/12/2023), os quais não têm uma data final para expirar.

**8 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.-Grupo Gerdau	Gerdau Açominas Overseas Ltda.	Brasil ao Cubo S.A.	SPEs Parque Solar Barro Alto*	Outros	Total
Saldo em 01/01/2023	5.773.040	3.080	-	-	12.490	5.788.610
Resultado da equivalência patrimonial	1.025.542	2.775	28.909	-	(10.171)	1.047.055
Ajustes de avaliação patrimonial	(427.340)	-	-	-	1	(427.339)
Aumento de capital social (a)	-	-	-	-	779	779
Aumento de participação em controlada em conjunto (a)	-	-	36.653	-	-	36.653
Conversão de mútuo em participação societária (a)	-	-	141.069	-	-	141.069
Capitalização de adiantamento de capital	-	-	-	-	40	40
Compra vantajosa em aquisição de participação societária	-	-	11.195	-	-	11.195
Dividendos/Juros sobre capital próprio	(626.491)	-	(8.492)	-	(269)	(635.252)
Saldo em 31/12/2023	5.744.751	5.855	209.334	-	2.870	5.962.810
Resultado da equivalência patrimonial	528.433	5.010	(3.377)	-	(8.711)	521.355
Ajustes de avaliação patrimonial	1.573.623	-	-	-	-	1.573.623
Aquisição de controladas (a)	-	-	-	98.497	-	98.497
Aumento de capital social (a)	-	-	-	-	9.564	9.564
Capitalização de adiantamento de capital	-	-	-	-	3.652	3.652
Compra vantajosa em aquisição de participação societária	-	-	(11.195)	-	-	(11.195)
Dividendos/Juros sobre capital próprio	(322.037)	-	(3.709)	-	(377)	(326.123)
Saldo em 31/12/2024	7.524.770	10.865	191.053	98.497	6.998	7.832.183
Participação no capital total (%)	20,76%	100%	44,66%	79,55%	-	-

(\* SPEs Parque Solar Barro Alto (SPE Barro Alto V, SPE Barro Alto VI e SPE Barro Alto VII). Em 31/12/2024 os valores de Ajustes de avaliação patrimonial referem-se a R\$ 1.594.948 de Outros resultados abrangentes e R\$ (21.325) de Efeitos com plano de incentivo de longo prazo em controladas. A lista a seguir apresenta as participações da Companhia:

Empresa	Tipo	País	Percentual de Participação Capital Social (*)	
			2024	2023
Gerdau Açominas Overseas Ltda.	Controlada	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
SPEs Parque Solar Barro Alto (SPE Barro Alto V, SPE Barro Alto VI e SPE Barro Alto VII)	Controlada	Brasil	79,55%	-
Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau	Coligada	Brasil	20,76%	20,76%
Chopim Energia S.A.	Coligada	Brasil	50,00%	50,00%
Sul Renováveis Participações S.A.	Coligada	Brasil	50,00%	50,00%
G2L Logística S.A.	Coligada	Brasil	1,00%	1,00%
G2base Fundações e Contencções Ltda.	Coligada	Brasil	1,00%	1,00%
Gerdau Ventures Participações Ltda.	Coligada	Brasil	0,63%	0,63%
G2 Adições Minerais e Químicas S.A.	Coligada	Brasil	0,22%	0,22%
Gerdau Next S.A.	Coligada	Brasil	0,01%	0,01%
Circulabi S.A.	Coligada	Brasil	0,01%	1,00%
Cluster S.A.	Coligada	Brasil	0,01%	0,01%
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	Controlada em conjunto	Brasil	27,47%	27,16%
Brasil ao Cubo S.A.	Controlada em conjunto	Brasil	44,66%	44,66%

**a) Aquisição de controladas:** Em 06/12/2024, a Companhia, em conjunto com a sua controladora Gerdau S.A., celebrou instrumento com a Newave Energia S.A. para aquisição integral de 3 (três) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Parque Solar Barro Alto, o qual está em construção em Barro Alto, no estado de Goiás e através desta aquisição, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, passa a deter o direito à totalidade da energia solar a ser gerada por elas. Até 31/12/2024, a Companhia já investiu R\$ 98.497 nestas SPEs. **b) Aumento de capital social:** Durante o exercício de 2024, a Companhia aumentou o capital social em suas outras coligadas e controlada em conjunto, no montante de R\$ 9.564, assim distribuídas: R\$ 9.326 na Juntos Somos Mais Fidelização S.A., R\$ 205 na Gerdau Next S.A., R\$ 31 na G2 Adições Minerais e Químicas S.A e R\$ 2 em outras coligadas. Durante o exercício de 2023, a Companhia aumentou o capital social em suas outras coligadas, no montante de R\$ 779, assim distribuídas: R\$ 443 na Gerdau Next S.A., R\$ 250 na G2L Logística S.A., R\$ 85 na G2 Adições Minerais e Químicas S.A. e R\$ 1 na Circulabi S.A. **c) Aumento de participação em controlada em conjunto e conversão de mútuos:** Em 2023, a Companhia efetuou a conversão em participação societária de mútuo conversível aportado em sua controlada em conjunto Brasil ao Cubo S.A. no valor de R\$ 141.069 (feito não caixa em 2023). Neste mesmo exercício, a Companhia também efetuou a aquisição de algumas participações societárias dos acionistas originais da sua controlada em conjunto Brasil ao Cubo S.A., no valor de R\$ 36.653. **d) Adiantamento para futuro investimento em participação acionária:** Em 2024 foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital na coligada Chopim Energia S.A. no valor de R\$ 3 (R\$ 22 na coligada Chopim Energia S.A. e R\$ 3.630 na controlada em conjunto Juntos Somos Mais Fidelizações S.A. em 2023). As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Lucro do exercício	2.546.023	4.941.121
Outros resultados abrangentes	7.684.551	(2.099.086)
Total dos resultados abrangentes	<u>10.230.574</u>	<u>2.842.035</u>

**9 - IMOBILIZADO**

**a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e outros	Imobilizações em andamento	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>				
Saldo em 01/01/2023	1.702.197	5.846.145	437.921	7.986.263
Adições	-	81.869	671.435	753.304
Juros capitalizados	-	-	6.755	6.755
Transferências	288.713	470.251	(758.964)	-
Baixas	(769)	(66.182)	-	(66.951)
Saldo em 31/12/2023	1.990.141	6.332.083	357.147	8.679.371
Adições	-	60.403	524.673	585.076
Juros capitalizados	-	-	846	846
Transferências	116.784	407.302	(524.086)	-
Baixas	(3.822)	(94.785)	(617)	(99.224)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos (c)	(28.032)	(171.595)	-	(199.627)
Saldo em 31/12/2024	<u>2.075.071</u>	<u>6.533.408</u>	<u>357.963</u>	<u>8.966.442</u>

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e outros	Imobilizações em andamento	Total
<b>Depreciação acumulada</b>				
Saldo em 01/01/2023	(766.458)	(4.548.624)	-	(5.315.081)
Depreciação	(67.187)	(308.434)	-	(375.621)
Transferências	290	(290)	-	-
Baixas	630	61.894	-	62.524
Saldo em 31/12/2023	(832.725)	(4.795.454)	-	(5.628.178)
Depreciação	(76.568)	(282.202)	-	(358.770)
Transferências	28	(28)	-	-
Baixas	3.822	80.919	-	84.741
Saldo em 31/12/2024	<u>(905.443)</u>	<u>(4.996.765)</u>	-	<u>(5.902.207)</u>

	2024	2023
<b>Imobilizado líquido</b>		
Saldo em 31/12/2023	1.157.416	1.536.629
Saldo em 31/12/2024	<u>1.169.628</u>	<u>1.536.643</u>

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2024 é de 11,42% a.a. (13,18% a.a. em 2023). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

Vida útil dos ativos imobilizados	2024	2023
Prédios, construções e benfeitorias	10 a 25 anos	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 5 anos	2,5 a 5 anos

**b) Valores oferecidos em garantia:** Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2024 e 2023. **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** Em 2024, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos de suas plantas industriais, a Companhia registrou perdas pela não recuperabilidade relativa a tais ativos no montante de R\$ 199.627. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos. Estas perdas foram registradas na linha de Perdas pela não recuperabilidade de ativos na Demonstração do Resultado. **d) As adições de imobilizado em 2024** incluem efeito não caixa de R\$ 20.156.

**10 - ATIVO BIOLÓGICO**

A movimentação do ativo biológico está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.087.138	823.688
Adições	242.632	248.843
Exaustão	(58.138)	(67.315)
Valor justo	47.837	83.336
Baixas	(11.259)	(1.414)
Saldo no final do exercício	<u>1.308.210</u>	<u>1.087.138</u>

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de carvão vegetal. Os fluxos de caixa projetados são consistentes com o ciclo de crescimento da área plantada. O volume de produção de eucalipto a ser colhido foi estimado considerando a produtividade média em metros cúbicos de madeira plantada por hectare no momento da colheita.

**11 - OUTROS INTANGÍVEIS**

Referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

	2024	2023
Saldo em 01/01/2023	-	112.684
Aquisição	-	38.830
Amortização	-	(62.780)
Baixa	-	(84)
Saldo em 31/12/2023	-	88.650
Aquisição	-	65.555
Amortização	-	(44.739)
Baixa	-	(2.334)
Saldo em 31/12/2024	-	<u>107.132</u>
Vida útil estimada	-	Até 5 anos

**12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
<b>Arrendamento mercantil bruto</b>					
Saldo em 01/01/2023	282.178	337.307	131.907	19.920	771.312
Adições	10.544	115.253	-	-	125.797
Baixas	(5.646)	(40.574)	-	-	(46.220)
Remensurações	26.615	326	-	6.450	33.391
Saldo em 31/12/2023	313.691	412.312	131.907	26.370	884.280
Adições	3.920	75.688	-	1.587	81.195
Baixas	-	(72.344)	-	-	(72.344)
Remensurações	75.323	42.686	8.493	2	

CONTINUAÇÃO

variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a cláusulas de *default* (*covenants*) atreladas a índices financeiros. O vencimento destas debêntures é em 30/03/2027. Em 31/12/2024, a Companhia possui 13.217 debêntures em circulação, as quais foram captadas pela sua controladora Gerdau S.A., no montante de R\$ 617.309 (R\$ 0 em 31/12/2023). A taxa média ponderada nominal de juros das debêntures em 31/12/2024 é de 10,88%. O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures é o seguinte:

	2024	2023
2025.....	-	781.719
2026.....	11.781	11.781
2027.....	628.601	7.043
2028.....	6.195	6.195
2029 em diante.....	7.081	7.081
	<u>653.658</u>	<u>813.819</u>

**a) Linhas de crédito e contas garantidas:** Em setembro de 2022, a Gerdau S.A. concluiu a renovação da Linha de Crédito *Revolver* Global no valor total de US\$ 875 milhões (equivalentes a R\$ 5.418 milhões em 31/12/2024) que possui vencimento em setembro de 2027. A operação visa prover liquidez às unidades da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e a Companhia prestam garantia nesta transação. Em 31/12/2024, não havia saldo devedor desta operação. A Companhia não está sujeita a cláusulas de *default* (*covenants*) atreladas a índices financeiros. As cláusulas não-financeiras de performance vêm sendo cumpridas.

**15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Considerações gerais:** A Gerdau Aços Longos S.A., suas controladas, coligadas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos de mercado são administrados através de estratégias de mercado discutidas e compartilhadas com a alta gestão e conforme as diretrizes internas e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Fornecedores risco sacado, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Partes relacionadas, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. **b) Valor justo:** O valor justo de Empréstimos, financiamentos e debêntures são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das commodities:** É o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar em um mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Ademais, a Companhia pode contratar derivativos com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira, a geração de caixa em suas controladas e os investimentos no exterior compensam a exposição gerada por seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, podendo haver um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores de terceiros decorrentes de operações de vendas ou de créditos devedores junto a instituições financeiras gerados por operações financeiras. Para atenuar esse risco é feita a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limites de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. As operações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating* e parâmetros de mitigação de risco definidos na diretriz interna da Companhia. **Risco de liquidez:** As diretrizes internas da Companhia preveem limites de carência e determinam a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentados na Nota 14.

**Análises de sensibilidade:**

**Impacto na Demonstração dos Resultados**

Premissa	Variação	2024	2023
Variações na moeda estrangeira - Partes relacionadas.....	5%	29.005	43.313
Variações na moeda estrangeira - Importações/Exportações.....	5%	656	12
Variações nas taxas de juros.....	10 bps	2.393	2.294
Variações no preço dos produtos vendidos.....	1%	152.366	157.331
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos.....	1%	110.010	121.806
Derivativos de <i>commodities</i> .....	5%	4.352	-
Swaps IPCA x DI.....	5%	-	(49)

**Variações na moeda estrangeira:** Em 31/12/2024, a Companhia estava exposta principalmente às variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas (partes relacionadas) que não possuem *hedge*. Nesta análise, para as variações de moeda estrangeira, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria uma receita de R\$ 29.005 (R\$ 43.313 em 31/12/2023), caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Já para as variações de moeda estrangeira nas importações e exportações, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria uma receita de R\$ 656 (despesa R\$ 12 em 31/12/2023), caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa ou receita de mesmo valor entre os exercícios apresentados, respectivamente e impactaria a conta de Variação Cambial na Demonstração dos Resultados. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros montaria R\$ 2.393 em 31/12/2024 (R\$ 2.294 em 31/12/2023) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos, financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 14, e são principalmente compostas por CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2024, totaliza R\$ 152.366 (R\$ 157.331 em 31/12/2023) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 110.010 em 31/12/2024 (R\$ 121.806 em 31/12/2023). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas. **Análise de sensibilidade de derivativos de commodities:** A Companhia possui exposição a derivativos de *commodities* (energia) para alguns de seus passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do preço da *commodities*, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do preço da *commodities* representa uma receita de R\$ 4.352 (R\$ 0 em 31/12/2023), e uma diminuição de 5% do preço da *commodities* representa uma despesa em 31/12/2024 do mesmo valor. Os efeitos da marcação a mercado destes derivativos foram registrados na Demonstração dos Resultados. **Análise de sensibilidade dos swaps IPCA x DI:** A Companhia possui *swaps* IPCA x DI para proteção de alguns de seus Empréstimos, financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera o impacto no MTM de um aumento de 5% na curva de juros reais para todos os vértices das respectivas operações. Esta variação representaria uma despesa de R\$ 0 (R\$ 49 em 31/12/2023). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

**d) Instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos	Ativos a valor justo por meio do resultado		Total Passivos	2024	
	Custo amortizado	Custo amortizado		Total	Total
Contas a receber de clientes.....	1.214.520	-	1.214.520	1.165.596	1.165.596
Partes relacionadas.....	658	-	658	111.549	111.549
Outros ativos circulantes.....	111.872	16.921	128.793	1.073.757	1.073.757
Outros ativos não circulantes.....	58.835	-	58.835	580.181	580.181
				347.001	347.001
	<u>1.385.885</u>	<u>16.921</u>	<u>1.402.806</u>	<u>117.226</u>	<u>117.226</u>
				<u>3.395.310</u>	<u>3.395.310</u>
Ativos	Ativos a valor justo por meio do resultado		Total Passivos	2023	
	Custo amortizado	Custo amortizado		Total	Total
Aplicações financeiras.....	-	144.867	144.867	1.005.779	1.005.779
Contas a receber de clientes.....	1.126.124	-	1.126.124	133.449	133.449
Partes relacionadas.....	296	-	296	1.397.276	1.397.276
Outros ativos circulantes.....	117.000	-	117.000	866.425	866.425
Outros ativos não circulantes.....	46.908	-	46.908	325.624	325.624
				52.355	52.355
	<u>1.290.328</u>	<u>144.867</u>	<u>1.435.195</u>	<u>3.780.908</u>	<u>3.780.908</u>

**e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à minimização dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia na linha de Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. **Política de uso de derivativos:** Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia estabeleceu diretrizes para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros ou a termo e contratos de opções. **Contratos de Swap:** A Companhia pode contratar operação de contrato *swap*, por meio da qual troca índices de taxa de juros ou moeda local e/ou estrangeira. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. **f) Mensuração do valor justo:** Os CPCs definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece a classificação por preço cotado em mercado ativo para ativo ou passivo idêntico ou quando se baseia em técnica de avaliação que utilize apenas dados observáveis de mercado. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases

recorrentes, são mensurados por técnica de avaliação que utiliza apenas dados observáveis de mercado. **g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:** Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Alterações caixa		Alterações não caixa			
	Saldo em 01/01/2023	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2023
Empréstimos e financiamentos e Valor justo de derivativos.....	864.738	523.680	(149.747)	150.001	8.604	1.397.276
Arrendamento mercantil a pagar....	451.715	(133.385)	(56.466)	56.466	156.685	475.015
Partes relacionadas, líquidas.....	697.234	159.695	-	66.097	(56.897)	866.129

	Alterações caixa		Alterações não caixa			
	Saldo em 31/12/2023	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures e Valor justo de derivativos.....	1.397.276	(315.169)	(190.936)	179.268	3.318	1.073.757
Arrendamento mercantil a pagar....	475.015	(148.645)	(57.486)	57.486	193.371	519.741
Partes relacionadas, líquidas.....	866.129	(519.957)	-	57.075	176.276	579.523

**16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

**Circulante**

	2024	2023
Encargos sociais sobre folha de pagamento.....	33.726	34.315
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	33.357	35.283
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.....	4.348	65.728
Imposto Sobre Serviços retido na fonte.....	4.341	4.645
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	4.333	4.181
Programa de Integração Social e outros.....	<u>17.059</u>	<u>16.778</u>
	<u>97.164</u>	<u>160.930</u>

**17 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES**

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2024	2023
a) Provisões tributárias.....	596.519	524.094
b) Provisões trabalhistas.....	169.717	177.630
c) Provisões cíveis.....	<u>78.690</u>	<u>75.641</u>
	<u>844.926</u>	<u>777.365</u>

**a) Provisões tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Saldo no início do exercício.....	777.365	722.105
(+) Adições.....	106.407	101.274
(+) Atualização monetária.....	56.703	49.013
(-) Reversão de valores provisionados.....	<u>(95.549)</u>	<u>(95.027)</u>
Saldo no final do exercício.....	<u>844.926</u>	<u>777.365</u>

**II) Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias: a.1)** A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 579.976 (R\$ 552.867 em 31/12/2023). **a.2)** A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, especialmente PIS/COFINS e IPI. O valor total das discussões importa em R\$ 2.219.119 (R\$ 2.082.391 em 31/12/2023). **a.3)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor de R\$ 880.730 (R\$ 824.113 em 31/12/2023), que correspondem a cinco processos que tramitam na esfera administrativa, onde, atualmente, quatro processos estão na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) aguardando o julgamento dos Recursos Voluntários interpostos pela Companhia e um processo que se encontra na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, para julgamento de Recurso Especial interposto pela Companhia. **a.4)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 5.614.712 (R\$ 5.404.471 em 31/12/2023), dos quais: (i) R\$ 2.467.668 (R\$ 2.478.480 em 31/12/2023) correspondem a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Gerdau Aços Longos S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), após iniciado o julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região com dois votos no sentido de negar provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, o julgamento foi interrompido por pedido de vista; no processo da Gerdau Aços Longos S.A., em 17/11/2023, em julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, após iniciado o novo julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região foram proferidos dois votos no sentido de negar provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, tendo o julgamento sido interrompido por pedido de vista. Ainda nesse processo, em 30/11/2023 foi deferido o pedido de revisão da inscrição em dívida ativa, ocasionando a redução do valor do débito exigido em razão da exclusão das multas e, consequentemente, dos juros de mora e do encargo-legal, por força do disposto no § 9º-A do art. 25 do Decreto nº 70.235/72 c/c o art. 15 da Lei nº 14.689/2023; (ii) R\$ 384.697 (R\$ 366.382 em 31/12/2023) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, estando pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 360.285 (R\$ 342.072 em 31/12/2023) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa encerrou se encontra em discussão judicial, na qual, em julgamento recente, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação da Companhia para reformar a sentença que julgara improcedentes os Embargos à Execução Fiscal e reconhecer a nulidade dos títulos executivos que embasaram a Execução Fiscal; (iv) R\$ 6.257 (R\$ 5.958 em 31/12/2023) correspondem a um processo da Companhia, cuja discussão administrativa se encerrou, e que se encontra em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; (v) R\$ 101.719 (R\$ 96.280 em 31/12/2023) correspondem a um processo cuja discussão administrativa se encerrou, e se encontra em discussão judicial, em que, recentemente, foi proferida decisão acatando o pedido de extinção da Execução Fiscal em face do deferimento do pedido de revisão da inscrição em dívida ativa, feito pela Companhia, e que acarretou na extinção total dos débitos em razão da exclusão das multas e, consequentemente, dos juros de mora e do encargo-legal, por força do disposto no § 9º-A do art. 25 do Decreto nº 70.235/72 c/c o art. 15 da Lei nº 14.689/2023, tendo a Companhia interposto recurso de agravo interno contra a parte da decisão que deixou de condenar a União ao ressarcimento das despesas incorridas com a contratação do seguro garantia; (vi) R\$ 266.020 (R\$ 208.449 em 31/12/2023) correspondem a um processo da Companhia cuja discussão administrativa se encerrou, e que já está sendo discutido em sede de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; (vii) R\$ 719.697 (R\$ 676.217 em 31/12/2023) correspondem a um processo em que foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário e inadmitidos o Recurso Especial e Agravo interpostos pela Fazenda Nacional; e (viii) R\$ 637.366 (R\$ 596.754 em 31/12/2023) correspondem a um processo da Companhia, em trâmite perante a primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que, por voto de qualidade, negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia na questão de mérito, tendo sido admitido o recurso especial interposto pela Fazenda Nacional em relação à matéria em que foi dado provimento ao recurso voluntário, estando pendente de análise quanto à admissibilidade o Recurso Especial interposto pela Companhia; (ix) R\$ 177.719 (R\$ 167.887 em 31/12/2023) correspondem a um processo desmembrado do processo que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento o recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; e (x) R\$ 493.284 (R\$ 465.992 em 31/12/2023) correspondem a um processo desmembrado do processo mencionado no item "vi" supra, e que atualmente se encontra em discussão judicial, tendo sido interrompido por pedido de vista o julgamento do recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, após iniciado o julgamento com dois votos no sentido de negar provimento ao recurso e manter a sentença que havia julgado procedentes os Embargos à Execução e reconhecido a insubsistência dos créditos objeto da execução fiscal. **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 386.086 (R\$ 341.321 em 31/12/2023). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 656.335 (R\$ 488.305 em 31/12/2023). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2024	2023
Tributários.....	93.002	1.755.877
Trabalhistas.....	20.351	25.760
Cíveis.....	<u>74.175</u>	<u>111.991</u>
	<u>187.528</u>	<u>1.893.628</u>

Para as ações referentes à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou o processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produziu efeitos em todos os processos com nove ações judiciais, em função de sua repercussão geral. Oito destas ações judiciais já contam com decisão final favorável transitada em julgado, tendo a receita sido reconhecida no trânsito em julgado das ações, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido nas decisões transitadas em julgado, e está preparando os documentos para efetuar a habilitação do seu crédito e poder dar início aos procedimentos de compensação e/ou já habilitou perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. Em face do trânsito em julgado da decisão de mérito favorável confirmado em 26/12/2023, proferida nos autos principais (0012235-15.2009.4.02.5101) e da revogação do efeito suspensivo outora concedido à Fazenda Nacional no processo Nº 5003743-37.2020.4.02.0000, a controlada Gerdau Aços Longos S.A. protocolou pedido de cumprimento provisório de sentença (autuado sob o Nº 5100372-91.2023.4.02.5101/RJ), no qual restou deferido o pedido de levantamento dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a Inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, condicionado ao trânsito em julgado dessa decisão para que os alvarás de levantamento sejam

**CONTINUAÇÃO**

expedidos. Em julgamento realizado no dia 05/06/2024, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento Nº 5003345-51.2024.4.02.0000/RJ, interposto pela Fazenda Nacional contra a decisão que deferiu o pedido de levantamento dos depósitos judiciais, tendo a referida decisão transitado em julgado. No dia 28/08/2024, foi concluído o levantamento do saldo dos depósitos judiciais efetuados pela Companhia ao longo do processo, no valor total de R\$ 1.770.198. **IV) Outros ativos contingentes:** Em 02/02/2023, a Companhia obteve êxito em processo judicial de natureza tributária, relativamente ao direito de créditos de PIS e COFINS nas suas aquisições de sucata. Com o trânsito em julgado da decisão judicial, a Companhia reconheceu no resultado de 2023 o crédito de aproximadamente R\$ 519 milhões (principal acrescido de atualização monetária, deduzido de honorários advocatícios e tributos). Este valor, até então divulgado como Outros ativos contingentes, atingiu o patamar de praticamente certo, resultando no reconhecimento do ativo tributário, com contrapartida em Outras receitas operacionais e Atualização de créditos tributários, cuja expectativa de monetização se dará no prazo de até 5 anos.

**18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Composição dos saldos de mútuos**

	2024	2023
<b>Mútuos ativos</b>		
<b>Empresa controladora</b>		
Gerdau S.A.	52	296
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A.	606	-
	<u>658</u>	<u>296</u>
<b>Mútuos passivos</b>		
<b>Empresa controlada</b>		
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	(580.103)	(866.262)
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A.	-	(158)
Outros	(78)	(5)
	<u>(580.181)</u>	<u>(866.425)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(57.075)</u>	<u>(66.097)</u>

**b) Operações com partes relacionadas**

	2024		2023	
	Compras	Vendas	Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)
<b>Empresa controladora</b>				
Gerdau S.A.	127.459	851.055	73.764	123.534
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Cyrgo S.A.	-	-	-	562
Gerdau Açominas S.A.	3.452.316	230.605	(335.434)	(290.165)
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	7.601	493	1.492	656
G2 Adições Minerais e Químicas S.A.	501	-	(41)	(462)
Gerdau Laisa S.A.	-	33.069	1.259	689
Sipar Aceros S.A.	42.322	38.311	4.592	22.766
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	182.719	30.052	21.248
Siderco S.A.	-	17.575	6.971	3.367
Industrias Nacionales C. por A.	-	-	-	16.359
G2L Logística S.A.	712.616	-	(31.758)	(44.353)
Outros	6	1.220	153	377

**c) Condições de preços e encargos:** Os contratos de empréstimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas fixas e/ou de mercado, como *SOFR*, mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **d) Debêntures:** Em 31/12/2024, a Companhia tem debêntures emitidas, as quais foram captadas pela sua controladora Gerdau S.A., no montante de R\$ 617.309 (R\$ 0 em 31/12/2023) e que geraram despesa financeira de R\$ 36.839 no exercício de 2024 (R\$ 5.402 no exercício de 2023). **e) Avas concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, nas emissões de *bonds* com vencimento em 2027, 2030 e 2044 no montante de R\$ 8,6 bilhões em 31/12/2024 (R\$ 6,8 bilhões em 31/12/2023). **f) Avas recebidos:** Em 31/12/2024, há um total de R\$ 415,5 milhões em avais recebidos da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos e de venda e compra de energia elétrica (R\$ 1,3 bilhões em 31/12/2023). A Companhia, em conjunto com a empresa Gerdau Açominas S.A., receberam garantia da controladora Gerdau S.A. em contratos de venda e compra de energia elétrica, no montante de R\$ 121,2 milhões em 31/12/2024 (R\$ 98,4 milhões em 31/12/2023). **g) Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31/12/2024, o custo com remuneração da Administração, em salários, remuneração variável, benefícios, plano de contribuição definida e planos de incentivos de longo prazo foi de R\$ 27.816 (R\$ 18.819 em 31/12/2023). O custo com encargos sociais da Administração totalizou R\$ 6.545 em 31/12/2024 (R\$ 5.137 em 31/12/2023).

**19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia e suas controladas patrocinam plano de pensão de benefício definido, administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada (GPrev), entidade fechada de previdência complementar, que foram saldados no ano de 2010 e inclui somente os participantes que decidiram não transferir a reserva para um novo plano de contribuição definida e, desta forma, optaram por manter o benefício salgado no plano de benefício definido que vem sendo corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). **a) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 27.743 no exercício de 2024 (R\$ 27.706 no exercício de 2023).

**20 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS**

A Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 78.454 em 31/12/2024, sendo R\$ 43.487 no passivo circulante e R\$ 34.967 no passivo não circulante (R\$ 81.049 em 31/12/2023, sendo R\$ 49.670 no passivo circulante e R\$ 31.379 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

**21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** Em 31/12/2024 e 31/12/2023, estão subscritas e integralizadas 1.227.671 ações, sendo 1.227.569 ações ordinárias e 102 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97. **c) Reservas de lucros: I) Legal -** Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais -** Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. A reserva se refere a incentivos fiscais de natureza estadual e federal. **III) Investimentos e capital de giro -** Reserva estatutária composta pela parcela de lucros não distribuída aos acionistas, prevista no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Administradores e Acionistas  
Gerdau Aços Longos S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstrações financeiras consolidadas**

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 25 de março de 2025. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**  
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

**Diretores Vice-Presidentes**  
RAFAEL DORNELES JAPUR  
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG  
MAURÍCIO METZ

**Diretores**  
ALDO TAPIA CASTILLO  
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA  
CESAR OBINO DA ROSA PERES  
FLÁVIA DIAS DA SILVA DE SOUZA  
WENDEL GOMES DA SILVA

**Contador**  
CLEMIR UHLEIN  
CRC RS 044.845/O-8-S-RJ  
CPF nº 424.614.210-72

**d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. O montante de dividendos propostos para o exercício de 2024 é de R\$ 27.554. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação desse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	91.847	1.650.227
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(590.350)
Lucro líquido ajustado	91.847	1.059.877
Dividendos e juros sobre capital próprio	(27.554)	(696.090)
Lucro líquido remanescente	64.293	363.787
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(64.293)	(363.787)

O lucro remanescente foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social. Adicionalmente, em 2024 foram distribuídos dividendos com base em reserva de investimento e capital de giro no montante de R\$ 317.966.

**22 - RESULTADO POR AÇÃO**

	2024		2023	
	Ordinárias Preferenciais	Total	Ordinárias Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	91.839	891.847	1.650.086	141.650.227
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	1.227.569	102	1.227.614	105
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	<u>74,81</u>	<u>74,81</u>	<u>1.344,14</u>	<u>1.344,14</u>

**23 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

	2024	2023
Receita bruta de vendas	18.601.248	19.249.159
Impostos incidentes sobre vendas	(3.349.460)	(3.497.548)
Descontos	(15.219)	(18.517)
Receita líquida de vendas	<u>15.236.569</u>	<u>15.733.094</u>

**24 - DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2024	2023
Depreciação, amortização e exaustão	(614.772)	(645.599)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.748.668)	(1.686.388)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(11.001.000)	(12.097.260)
Fretes	(882.359)	(834.321)
Outras despesas/receitas	(1.209.690)	(414.026)
	<u>(15.456.489)</u>	<u>(15.677.594)</u>

Classificados como:

Custo dos produtos vendidos	(14.246.799)	(15.263.568)
Despesas com vendas	(380.677)	(393.922)
Despesas gerais e administrativas	(476.816)	(497.763)
Outras receitas operacionais*	15.858	573.575
Outras despesas operacionais*	(153.145)	(84.953)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(15.283)	(10.963)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(199.627)	-
	<u>(15.456.489)</u>	<u>(15.677.594)</u>

\*Conforme detalhado na Nota 17.IV, em 02/02/2023, a Companhia obteve êxito em processo judicial de natureza tributária, relativamente ao direito de créditos de PIS e COFINS nas suas aquisições de sucata.

**25 - RESULTADO FINANCEIRO**

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	26.289	21.396
Juros recebidos e outras receitas financeiras	110.759	323.321
Total Receitas financeiras	137.048	344.717
Juros sobre a dívida	(179.268)	(150.001)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(273.070)	(186.464)
Total Despesas financeiras	(452.338)	(336.465)
Varição cambial, líquida	(148.289)	476.225
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquidos	14.297	(1.697)
Resultado financeiro, líquido	<u>(449.282)</u>	<u>54.180</u>

**26 - SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de patrimônio, que cobre ativos de até R\$ 16.734.305.

**27 - EVENTO SUBSEQUENTE**

**I)** Em 21/01/2025, a Companhia, juntamente com sua coligada Sul Renováveis Participações S.A., celebrou com a Atiaia Energia S.A., contratos para aquisição da totalidade das ações das empresas Rio do Sangue S.A. e Paratinga Energia S.A., detentoras, respectivamente, das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) denominadas Garganta da Jararaca e Paratinga II pelo preço de aproximadamente R\$ 440 milhões. Este valor está sujeito a ajustes em função dos níveis de caixa e dívida a serem apurados na data de fechamento, conforme termos e condições usuais em transações dessa natureza e estabelecidos nos contratos. O preço de aquisição será pago à vista, na data do fechamento, com recursos próprios disponíveis. O fechamento está condicionado à verificação de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação pela autoridade concorrential brasileira. As PCHs Garganta da Jararaca e Paratinga II estão localizadas no estado do Mato Grosso. As PCHs fornecerão energia renovável para unidades produtoras de aço da Gerdau no Brasil, em regime de autoprodução. A aquisição desses ativos está alinhada à estratégia da Gerdau de gerar maior competitividade no custo dos seus negócios, aumentando a autoprodução de energia limpa, e em linha com o processo de descarbonização já divulgado pela Companhia. **II)** Em 25/02/2025 a controladora Gerdau S.A. efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 1.300.000. Este adiantamento para futuro aumento de capital será objeto de capitalização por ocasião da realização da próxima Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6  
Emerson Lima de Macedo  
Contador CRC 1BA022047/O-1

